



PBPC
ISSN 2674-9432



Qualis A3
CAPES 2021-2024



DOI - Crossref

Latindex

Indexado no
Google Acadêmico

GRAVIDEZ NÃO PLANEJADA: FATORES ASSOCIADOS E IMPLICAÇÕES NA SAÚDE DA MULHER E NA SAÚDE COLETIVA.

Maycon da Silva Lidio , Beatriz Cristina de Oliveira Chaves , Cintia Caminha Farias , Francisco Diego Fernandes da Silva , João Victor de Amorim Batista , Luana Lara Uchôa Sales , Maria Clara Amarante de Lima , Mauro Davi Silva Marinho , Poliana da Silva Pereira , Rodger Rennan Sousa Paixão



<https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n1p2958-2971>

Artigo recebido em 20 de Janeiro e publicado em 20 de Março de 2026

REVISÃO DE LITERATURA

RESUMO

A gravidez não planejada representa um relevante problema de saúde pública, associado a fatores sociais, econômicos e demográficos que influenciam diretamente a saúde e a qualidade de vida das mulheres. Este estudo teve como objetivo analisar os fatores associados à gravidez não planejada e suas implicações na saúde da mulher e na saúde coletiva, por meio da utilização de dados secundários. Trata-se de um estudo quantitativo, de delineamento descritivo e analítico, fundamentado na análise de artigos científicos e relatórios oficiais publicados nos últimos dez anos, obtidos em bases como SciELO, PubMed e Google Acadêmico, além de documentos do Ministério da Saúde, DATASUS e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Os resultados evidenciaram elevada prevalência de gravidez não planejada no Brasil, variando entre 54% e 68%, com maior ocorrência entre mulheres jovens, de baixa renda, menor escolaridade, ausência de parceiro fixo e multiparidade. Observou-se associação significativa entre determinantes socioeconômicos e a ocorrência da gestação não planejada, além de repercussões físicas, emocionais e sociais, como maior risco de sofrimento psicológico e menor adesão ao pré-natal. Conclui-se que a gravidez não planejada é um fenômeno multifatorial, demandando o fortalecimento de políticas públicas voltadas ao planejamento familiar, à educação sexual e à qualificação do acolhimento nos serviços de saúde, com destaque para a atuação da enfermagem no cuidado integral à mulher.

Palavras-chave: Gravidez não planejada; Saúde da mulher; Saúde coletiva; Planejamento familiar; Enfermagem.



ABSTRACT

Unplanned pregnancy represents a significant public health problem, associated with social, economic, and demographic factors that directly influence women's health and quality of life. This study aimed to analyze the factors associated with unplanned pregnancy and its implications for women's health and public health, using secondary data. This is a quantitative, descriptive, and analytical study, based on the analysis of scientific articles and official reports published in the last ten years, obtained from databases such as SciELO, PubMed, and Google Scholar, as well as documents from the Ministry of Health, DATASUS, and the United Nations Population Fund (UNFPA). The results showed a high prevalence of unplanned pregnancy in Brazil, ranging from 54% to 68%, with a higher occurrence among young women, those with low income, lower education levels, lack of a stable partner, and multiparity. A significant association was observed between socioeconomic determinants and the occurrence of unplanned pregnancy, as well as physical, emotional, and social repercussions, such as a higher risk of psychological distress and lower adherence to prenatal care. It is concluded that unplanned pregnancy is a multifactorial phenomenon, requiring the strengthening of public policies aimed at family planning, sex education, and improved care in health services, with emphasis on the role of nursing in comprehensive care for women.

Keywords: Unplanned pregnancy; Women's health; Public health; Family planning; Nursing.

Instituição afiliada –

Maycon da Silva Lidio 1

Enfermeiro, Professor Universitário da Unijagaribe.

Mestrando em Saúde da Família (FIOCRUZ),

Pós-graduado em Saúde Pública e Pós-graduado em Gestão da Saúde (FIOCRUZ),

E-mail: Maycon.lidio@hotmail.com

Beatriz Cristina de Oliveira Chaves 2

Graduanda do VII período do curso de Enfermagem da Unijagaribe, campus Aracati - CE.

E-mail: beatrizdeoliveirachaves@gmail.com

Cintia Caminha Farias 3

Graduanda do VII período do curso de Enfermagem da Unijagaribe, campus Aracati - CE.

E-mail: cintiacaminha@gmail.com

Francisco Diego Fernandes da Silva 4

Enfermeiro, Professor Universitário da Unijagaribe.

Pós-graduado em Enfermagem na APS com ênfase na ESF, Pós-graduado em Enfermagem em Saúde Pública com ênfase na Vigilância em Saúde, Pós-graduado em Gestão e Planejamento em Saúde

E-mail: diego.enfermagem14@gmail.com

João Victor de Amorim Batista 5

Graduando do VII período do curso de Enfermagem da Unijagaribe, campus Aracati - CE.

E-mail: amorimjoavictor715@gmail.com

Luana Lara Uchôa Sales 6

Enfermeira, Professora Universitária da Unijagaribe.

Pós Graduada em Estomaterapia (FAVENE),

E-mail: luana_lara02@hotmail.com

Maria Clara Amarante de Lima 7

Graduanda do VII período do curso de Enfermagem da Unijagaribe, campus Aracati - CE.

E-mail: Mariaclaraamarante3@gmail.com

Mauro Davi Silva Marinho 8

Graduando do VII período do curso de Enfermagem da Unijagaribe, campus Aracati - CE.

E-mail: marinhomauro61@gmail.com

Poliana da Silva Pereira 9

Graduando do VII período do curso de Enfermagem da Unijagaribe, campus Aracati - CE.

E-mail: pollyp235@gmail.com

Rodger Rennan Sousa Paixão 10

Enfermeiro, Professor Universitário da Unijagaribe.

Pós-graduado em Auditoria em Saúde Pública e Privada e Pós-graduado em Centro Cirúrgico e CME,

E-mail: rodger.sousa@gmail.com

Autor correspondente: *Maycon Da Silva Lidio 1*

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



1 INTRODUÇÃO

A gravidez não planejada representa um fenômeno de grande relevância na saúde pública, caracterizando situações em que a gestação ocorre sem decisão consciente da mulher ou do casal. Em alguns estudos, relatam que a gestação é fortemente associada a fatores sociais e demográficos, refletindo desigualdades que influenciam o acesso à informação e aos métodos contraceptivos (Nilson,2022).

De acordo com Santos et al. (2021), a gravidez não planejada está associada a fatores como baixa escolaridade, falta de acesso a métodos contraceptivos, condições socioeconômicas desfavoráveis e relações desiguais de gênero. Essas situações aumentam a vulnerabilidade da mulher, resultando em impactos físicos, emocionais e sociais. Entre as implicações à saúde, destacam-se maior risco de depressão, complicações obstétricas e sofrimento psicológico decorrente da falta de preparo e apoio. O planejamento reprodutivo e o acesso a serviços de saúde são essenciais para reduzir esses impactos e promover o bem-estar feminino.

De acordo com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), estima-se que quase metade de todas as gestações no mundo sejam não intencionais, totalizando cerca de 121 milhões de casos por ano (UNFPA, 2022). O relatório do organismo destaca que essa realidade representa uma “crise invisível”, cujos impactos se manifestam em altas taxas de mortalidade materna, abandono escolar, perpetuação da pobreza e desigualdade de gênero.

Em países de baixa e média renda, as taxas de gravidez não intencional permanecem elevadas, mesmo com o aumento do uso de métodos contraceptivos modernos. O estudo indica que aproximadamente 40% das gravidezes em todo o mundo ocorrem de forma não planejada, refletindo desigualdades regionais no acesso à informação e aos serviços de saúde reprodutiva. Averbach et al. (2023) reforçam que a prevalência de gestações não intencionais é significativamente maior entre mulheres jovens, com baixa escolaridade e em contextos de vulnerabilidade social, o que demonstra o caráter multifatorial desse fenômeno (Guttmacher Institute 2021).

No contexto brasileiro, a situação segue a mesma tendência preocupante observada em nível global. Um estudo multicêntrico realizado em oito hospitais



universitários apontou que 67,5% das mulheres entrevistadas declararam que a gravidez não foi planejada, evidenciando uma prevalência elevada em serviços públicos de saúde. Outro levantamento nacional, citado pela Revista Galileu (2021), mostrou que 62% das brasileiras já vivenciaram ao menos uma gravidez não planejada, revelando a persistência do problema em diferentes faixas etárias e regiões do país (MOURA et al., 2023).

Além disso, o relatório da UNFPA em 2022, O Brasil destaca que as gestações não intencionais acarretam elevados custos econômicos e sociais, além de se associarem a desfechos adversos, como parto prematuro, abortos inseguros e maior risco de depressão pós-parto. A análise epidemiológica demonstra que, tanto no Brasil quanto no mundo, milhões de mulheres ainda vivenciam gestações não intencionais, o que reforça a importância de estratégias intersectoriais para a promoção da saúde sexual e reprodutiva.

O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece diversos serviços para ajudar mulheres que enfrentam uma gravidez não planejada. Esses serviços envolvem prevenção, apoio emocional, planejamento familiar e, nos casos previstos por lei, a interrupção legal da gestação. A Prevenção e Planejamento Familiar, forma de evitar uma gravidez indesejada, o SUS disponibiliza gratuitamente vários métodos contraceptivos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), tanto para homens quanto para mulheres, como preservativos, pílulas anticoncepcionais, injeções contraceptivas, DIU de cobre, implante contraceptivo; Esterilização cirúrgica, laqueadura tubária e vasectomia, de acordo com a lei e pílula do dia seguinte, como método de emergência (BRASIL, 2021).

A Interrupção Legal da Gravidez, sendo permitido apenas em três situações específicas, como gravidez resultante de estupro, sem a necessidade de exame pericial nem boletim de ocorrência; Risco para a vida da gestante, quando a gravidez representa perigo comprovado para a saúde da mulher e saúde coletiva, caso de má-formação grave em que o bebê não tem desenvolvimento cerebral. Em qualquer dessas situações, o atendimento é realizado com sigilo e respeito, visando proteger a saúde física e emocional da mulher.

O Acolhimento e Suporte Psicossocial, com o SUS oferecendo apoio psicológico e social tanto para mulheres que decidem continuar a gestação quanto para aquelas que optam pela interrupção nos casos legais. Esse suporte inclui: Aconselhamento e



acompanhamento psicológico, com profissionais de saúde que ajudam a mulher a tomar decisões informadas e lidar com os impactos emocionais da situação, orientações sobre entrega para adoção, para quem não deseja criar o bebê e não se enquadra nos critérios do aborto legal, tendo um processo seguro de entrega para adoção, garantindo que a mãe não seja julgada e receba acompanhamento psicossocial.

A aceitação dos serviços ofertados às mulheres durante a gravidez, especialmente nos casos não planejados, está diretamente relacionada à qualidade do acolhimento e à humanização do pré-natal. O Ministério da Saúde (2012) destaca que o vínculo entre a gestante e a equipe de saúde, aliado à escuta qualificada, favorece a confiança no serviço e estimula a adesão ao acompanhamento. A atenção adequada permite a identificação precoce de agravos e contribui para o fortalecimento da autonomia feminina. Quando o atendimento é realizado de forma empática e livre de julgamentos, há maior aceitação e participação ativa da mulher no processo de cuidado. A oferta de orientações sobre planejamento reprodutivo e métodos contraceptivos também aumenta o engajamento e a satisfação com os serviços. Dessa forma, a aceitação das ações de saúde depende do acolhimento humanizado e da efetividade das práticas profissionais, garantindo o bem-estar físico e emocional da gestante.

Por envolver fatores sociais, econômicos, culturais e de acesso aos serviços de saúde, a gravidez não planejada representa um desafio para a saúde pública e saúde coletiva. Mesmo com os avanços das políticas de planejamento familiar, inúmeras mulheres ainda enfrentam certas dificuldades em exercer o controle reprodutivo, comprometendo sua saúde física, social e emocional. Compreender esses fatores, para a equipe de enfermagem, é considerado de suma importância, pois além do acolhimento dessas mulheres, o enfermeiro tem papel central na promoção da saúde sexual e reprodutiva. Por essa razão, este estudo objetiva analisar, por meio de dados secundários, os fatores associados à gravidez não planejada e suas implicações.

A educação sexual é um instrumento fundamental para a promoção da saúde integral da mulher, pois contribui para o autoconhecimento, a prevenção de doenças e a redução de vulnerabilidades sociais. Ao abordar temas como métodos contraceptivos, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), consentimento e saúde reprodutiva, ela possibilita o empoderamento feminino e a tomada de decisões conscientes sobre o próprio corpo. A ausência dessa educação pode acarretar gravidez precoce, aumento de



casos de ISTs e perpetuação de tabus e violências de gênero. A escola, a família e os serviços de saúde devem atuar de forma conjunta, garantindo acesso à informação de qualidade e acolhimento às demandas específicas das mulheres. Além disso, políticas públicas voltadas à saúde sexual e reprodutiva são essenciais para assegurar equidade e autonomia. Assim, a educação sexual torna-se um pilar indispensável para o bem-estar físico, emocional e social da mulher, promovendo cidadania e qualidade de vida.

Nesse contexto, torna-se essencial compreender a magnitude, os determinantes e as implicações da gravidez não planejada, de modo a subsidiar estratégias mais eficazes de planejamento familiar, educação em saúde e cuidado integral à mulher. A realização deste estudo se justifica pela necessidade de produzir evidências atualizadas que auxiliem profissionais e gestores na tomada de decisões, contribuindo para a qualificação do atendimento prestado no âmbito do SUS. Ao analisar fatores associados à gravidez não planejada, espera-se identificar lacunas e potencialidades dos serviços, orientando ações direcionadas à prevenção, promoção da saúde sexual e reprodutiva e fortalecimento da autonomia feminina. Assim, este trabalho se mostra pertinente e necessário, na medida em que busca promover melhorias na assistência e reduzir desigualdades que impactam diretamente a qualidade de vida das mulheres.

2 METODOLOGIA

Este estudo possui abordagem quantitativa, com delineamento descritivo e analítico, fundamentado na utilização de dados secundários referentes à prevalência e aos fatores associados à gravidez não planejada. O recorte territorial adotado para interpretação e discussão dos achados considera o estado do Ceará como contexto de análise, devido à relevância epidemiológica do tema e à necessidade de compreender como esse fenômeno se expressa na realidade local.

Os dados secundários foram obtidos a partir de artigos científicos indexados em bases como SciELO, PubMed e Google Acadêmico, além de relatórios oficiais provenientes do Ministério da Saúde, Sistema de Informações em Saúde (DATASUS), UNFPA e documentos técnicos relacionados à saúde sexual e reprodutiva. A seleção das fontes seguiu critérios de pertinência ao tema, credibilidade científica e temporalidade,

priorizando estudos publicados nos últimos dez anos e que abordassem gravidez não planejada em nível nacional, regional ou estadual.

Após a seleção das fontes, as informações extraídas foram organizadas em um banco de dados para análise. As variáveis consideradas incluíram idade materna, escolaridade, renda familiar, presença de parceiro, número de filhos, uso de métodos contraceptivos e fatores socioeconômicos e demográficos relacionados à gestação.

A análise dos dados compreendeu etapas de estatística descritiva, empregando medidas de frequência absoluta e relativa, além de medidas de tendência central (média e mediana) e dispersão (desvio-padrão). Para identificação de associações entre variáveis, foram consideradas análises de estatística inferencial relatadas nos estudos avaliados, como teste do qui-quadrado, razão de chances (Odds Ratio) com intervalo de confiança de 95%, além de modelos de regressão logística utilizados em pesquisas anteriores sobre gravidez não planejada.

Por tratar-se de dados secundários, este estudo não envolveu contato direto com seres humanos, não oferecendo riscos éticos aos participantes. Ainda assim, todas as informações foram analisadas e descritas de forma fiel, com rigor científico e respeito às normas de integridade acadêmica, assegurando a adequada referência às fontes utilizadas.

3 RESULTADOS

A análise dos dados secundários permitiu identificar que a gravidez não planejada apresenta elevada prevalência no Brasil, refletindo um importante desafio para a saúde pública e saúde coletiva. Os estudos revisados demonstram que a proporção de gestações não planejadas no país varia entre 54% e 68%, a depender da região e das características sociodemográficas da população investigada. Em um estudo multicêntrico com oito hospitais universitários distribuídos pelas cinco regiões brasileiras, observou-se que 67,5% das mulheres entrevistadas relataram que a gravidez não havia sido planejada, com variações significativas entre os centros analisados.

A análise estatística dos estudos revisados mostra forte associação entre gravidez não planejada e fatores como idade materna jovem, baixa renda familiar, ausência de parceiro fixo, maior número de filhos, residir em domicílios com cinco ou mais pessoas



e auto identificação como mulher negra ou parda. Os estudos que utilizaram regressão logística evidenciam razões de chances (OR) elevadas para esses fatores, indicando maior probabilidade de ocorrência de gestação não planejada nesses grupos. Por exemplo, mulheres sem parceiro apresentaram OR até três vezes maior para gravidez não planejada, enquanto aquelas com renda inferior a dois salários mínimos mostraram menor proteção contra esse desfecho.

Em relação aos aspectos reprodutivos, observou-se que mulheres com dois ou mais filhos apresentaram maior prevalência de gravidez não planejada, sugerindo relação entre multiparidade e dificuldade no uso contínuo de métodos contraceptivos. A estatística descritiva dos estudos revelou medianas de idade entre 27 e 29 anos, com predominância de mulheres com ensino médio completo, porém ainda com acesso limitado a informações reprodutivas de qualidade.

No panorama nacional, os dados do UNFPA indicam que quase metade das gestações no país é não intencional, corroborando os achados dos estudos nacionais. Além disso, relatórios governamentais destacam que o acesso desigual aos serviços de saúde, especialmente entre mulheres em situação de vulnerabilidade social, contribui para a manutenção desse cenário.

Os resultados também apontam repercussões físicas, emocionais e sociais associadas à gravidez não planejada, como maior risco de depressão, menor adesão ao pré-natal, maior incidência de abortos inseguros e impacto no contexto familiar. Em estudos que aplicaram testes inferenciais, como o qui-quadrado, verificou-se associação estatisticamente significativa entre variáveis socioeconômicas e ocorrência de gravidez não planejada ($p < 0,05$).

De forma geral, os resultados analisados demonstram que a gravidez não planejada permanece altamente prevalente no Brasil, influenciada por determinantes sociais da saúde e pela desigualdade no acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva. Os achados reforçam a necessidade de políticas públicas intersetoriais que ampliem o planejamento familiar, a educação sexual e a equidade no atendimento às mulheres.

4 DISCUSSÃO



Os achados deste estudo evidenciam que a gravidez não planejada permanece como um fenômeno altamente prevalente no Brasil, configurando-se como um importante problema de saúde pública, saúde coletiva, especialmente entre mulheres em situação de vulnerabilidade social. A proporção de gestações não planejadas identificada nos estudos analisados, variando entre 54% e 68%, confirma dados previamente descritos na literatura nacional e internacional, reforçando a magnitude do problema e sua persistência ao longo dos anos, apesar dos avanços nas políticas de planejamento familiar.

A associação significativa entre gravidez não planejada e fatores sociodemográficos, como idade materna jovem, baixa renda, baixa escolaridade e ausência de parceiro fixo, corrobora os achados de Santos *et al.* (2021) e Averbach *et al.* (2023), que apontam esses determinantes como elementos centrais na ocorrência desse desfecho. Tais fatores refletem desigualdades estruturais que impactam diretamente o acesso à informação, aos métodos contraceptivos e aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, evidenciando que a gravidez não planejada não pode ser compreendida apenas como resultado de escolhas individuais, mas como consequência de contextos sociais adversos.

A maior probabilidade de gravidez não planejada entre mulheres com baixa renda e residentes em domicílios com maior número de pessoas sugere a influência das condições socioeconômicas na continuidade e no uso adequado dos métodos contraceptivos. Estudos prévios indicam que dificuldades financeiras, barreiras geográficas e falhas no fornecimento regular de contraceptivos pelo sistema público comprometem a eficácia do planejamento reprodutivo, sobretudo em regiões de maior vulnerabilidade social, como observado em determinadas áreas do Nordeste brasileiro.

Outro achado relevante refere-se à associação entre multiparidade e gravidez não planejada. Mulheres com dois ou mais filhos apresentaram maior prevalência desse evento, o que pode estar relacionado ao uso inadequado ou descontinuidade dos métodos contraceptivos após o parto, além de lacunas no acompanhamento pós-parto e no aconselhamento reprodutivo. Esse resultado reforça a necessidade de fortalecer as ações de planejamento familiar no puerpério, período estratégico para a promoção da autonomia reprodutiva da mulher.

No que se refere aos impactos da gravidez não planejada, os resultados apontam importantes repercussões físicas, emocionais e sociais, como maior risco de depressão, menor adesão ao pré-natal e maior ocorrência de abortos inseguros, achados que estão em consonância com relatórios do UNFPA (2022). Esses desfechos demonstram que a falta de planejamento reprodutivo pode comprometer não apenas a saúde materna e neonatal, mas também o bem-estar psicológico e a estabilidade social das mulheres, perpetuando ciclos de pobreza e desigualdade.

A análise também evidencia o papel fundamental do SUS na prevenção e no enfrentamento da gravidez não planejada. Embora o SUS disponibilize gratuitamente diversos métodos contraceptivos e serviços de apoio psicossocial, os resultados indicam que ainda existem falhas na efetividade dessas ações, sobretudo no que diz respeito à qualidade do acolhimento, à educação sexual e à continuidade do cuidado. O vínculo entre a mulher e a equipe de saúde, especialmente na Atenção Primária, mostrou-se um fator determinante para a adesão ao planejamento familiar, conforme destacado pelo Ministério da Saúde.

Nesse contexto, a atuação da enfermagem se destaca como estratégica, uma vez que o enfermeiro exerce papel central no acolhimento, na educação em saúde e no aconselhamento reprodutivo. A escuta qualificada, livre de julgamentos, aliada à oferta de informações claras sobre métodos contraceptivos, contribui para o fortalecimento da autonomia feminina e para a redução da incidência de gestações não planejadas. Além disso, a integração entre escola, família e serviços de saúde é essencial para ampliar o acesso à educação sexual e promover decisões reprodutivas conscientes.

Por fim, os resultados deste estudo reforçam que a gravidez não planejada é um fenômeno multifatorial, profundamente relacionado aos determinantes sociais da saúde. A compreensão desses fatores é indispensável para subsidiar políticas públicas mais eficazes, que articulem ações intersetoriais voltadas à equidade, à educação sexual e à ampliação do acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva. Dessa forma, torna-se possível avançar na promoção do cuidado integral à mulher e na redução das desigualdades que impactam sua qualidade de vida.

5 CONCLUSÃO



A gravidez não planejada configura-se como um relevante problema de saúde pública, saúde coletiva, persistente no Brasil e fortemente influenciado por determinantes sociais, econômicos e demográficos. Os achados deste estudo evidenciam elevada prevalência desse fenômeno, especialmente entre mulheres jovens, com baixa renda, menor escolaridade, multiparidade e em contextos de maior vulnerabilidade social, demonstrando que a ocorrência da gestação não planejada ultrapassa a esfera individual e reflete desigualdades estruturais no acesso à informação e aos serviços de saúde.

A análise dos dados secundários permitiu identificar associações significativas entre a gravidez não planejada e fatores como uso inadequado ou descontinuidade de métodos contraceptivos, ausência de parceiro fixo e limitações na oferta de ações efetivas de planejamento familiar. Além disso, observou-se que a gravidez não intencional está associada a importantes repercussões físicas, emocionais e sociais, incluindo maior risco de sofrimento psicológico, menor adesão ao pré-natal e impactos negativos na organização familiar e social da mulher.

Os resultados reforçam a importância do fortalecimento das políticas públicas voltadas à saúde sexual e reprodutiva, com ênfase na ampliação do acesso aos métodos contraceptivos, na educação sexual de qualidade e na qualificação do acolhimento nos serviços de saúde, especialmente na Atenção Primária. Nesse cenário, destaca-se o papel estratégico da equipe de enfermagem, que atua diretamente no aconselhamento reprodutivo, na promoção da autonomia feminina e na construção de vínculos que favorecem o cuidado integral e humanizado.

Diante da complexidade e do caráter multifatorial da gravidez não planejada, torna-se imprescindível a implementação de estratégias intersetoriais que envolvam saúde, educação e assistência social, visando à redução das desigualdades e à promoção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Assim, este estudo contribui para a compreensão do fenômeno e para o direcionamento de ações mais eficazes, que possam impactar positivamente a qualidade de vida feminina e fortalecer o SUS na garantia de um cuidado equânime, integral e baseado em evidências.

6 REFERÊNCIAS



AVERBACH, S. et al. Unintended pregnancy and contraceptive use among women in low- and middle-income countries. *Contraception and Reproductive Medicine*, v. 8, n. 15, 2023. Disponível em: <https://contraceptionmedicine.biomedcentral.com/articles/10.1186/s40834-023-00255-7>. Acesso em: 31 out. 2025.

Brasil. Presidência da República. Lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federal do Brasil*, Brasília, DF; 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. FREITAS, L. A.; OLIVEIRA, M. A. A importância da educação sexual para a saúde da mulher. *Revista Saúde & Sociedade*, v. 29, n. 3, p. 1–10, 2020. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Saúde sexual e reprodutiva: relatório mundial. Genebra: OMS, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_pre_natal_baixo_risco.pdf.

GUTTMACHER INSTITUTE. Rates of unintended pregnancy remain high in developing regions. 2021. Disponível em: <https://www.guttmacher.org/journals/ipsrh/2011/03/rates-unintended-pregnancy-remain-high-developing-regions>. Acesso em: 31 out. 2025.

MOURA, L. B. A. et al. Gravidez não planejada no Brasil: estudo nacional em oito hospitais universitários. *PubMed*, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37377331/>. Acesso em: 31 out. 2025.

PORTARIA Nº 2.282, DE 27 DE AGOSTO DE 2020, do Ministro de Estado da Saúde, Interino, que dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS

REVISTA GALILEU. 62% das brasileiras já tiveram pelo menos uma gravidez não planejada. 2021. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2021/12/62-das-brasileiras-ja-tiveram-pelo-menos-uma-gravidez-nao-planejada.html>. Acesso em: 31 out. 2025.

SANTOS, A. P. et al. Gravidez não planejada e fatores associados: estudo transversal. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 55, e03747, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/W9z9WJQLDFX7mVxhwFGLzkq/?lang=pt>. Acesso em: 4 nov. 2025.

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas. Nearly half of all pregnancies are unintended — a global crisis. 2022. Disponível em: <https://www.unfpa.org/press/nearly-half-all-pregnancies-are-unintended%E2%80%94global-crisis-says-new-unfpa-report>. Acesso em: 31 out. 2025.

UNFPA BRASIL. Relatório sobre a crise invisível da gravidez não intencional no Brasil. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/190453-unfpa-lan%C3%A7a-relat%C3%B3rio-sobre-crise-invis%C3%ADvel-de-gravidez-n%C3%A3o-intencional>. Acesso em: 31 out. 2025.